

#1

MARÇO 2007



INFORMATIVO

FBSAN

Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional

UMA PUBLICAÇÃO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - ANO I : Nº I - MARÇO DE 2007

PARA GARANTIR A PARTICIPAÇÃO

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) aconteceu de 3 a 6 de julho de 2007, em Fortaleza, Ceará, e tem como tema "Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional". Seus objetivos são propor diretrizes, eixos e prioridades da Política Nacional de SAN e apontar as bases para a regulamentação e implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Para o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), a III CNSAN representa também um espaço

privilegiado para discutir diretrizes de soberania e segurança alimentar e nutricional como eixos estratégicos de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Para isso, as organizações que compõem o FBSAN apontam a importância da mobilização social em todo o processo da III Conferência.

Neste informativo, buscamos destacar os esforços para ampliar a participação cidadã já feitos até o momento e mostrar outras formas de ampliar esse debate.

Coordenação executiva do FBSAN.



CARTA DE SÃO PAULO APONTA PRIORIDADES

O seminário "**Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional – uma contribuição da sociedade civil**" foi realizado nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro em São Paulo e contou com a participação de diversos movimentos, redes, fóruns e articulações da sociedade civil. O encontro constituiu-se em um importante espaço de diálogo entre as redes e fóruns e de balanço crítico da atual política de desenvolvimento do governo federal e suas repercussões na soberania e segurança alimentar e nutricional da população. Foram definidas também, a partir dos debates nos grupos de trabalho e painéis, as nossas prioridades políticas.

A síntese desses debates e proposições estão inseridas na "**Carta de São Paulo**" que foi aprovada em plenária. A

carta apresenta prioridades no campo da soberania e segurança alimentar: entre elas a luta pela reforma agrária e o enfrentamento do latifúndio e da monocultura; o fortalecimento da agricultura de base agroecológica; a construção de novas relações sociais de igualdade entre as pessoas e o planeta terra; a garantia de práticas promotoras de uma alimentação adequada e saudável para todos(as).

A carta, reproduzida nas páginas 2 e 3, é um importante subsídio para as organizações, redes e articulações da sociedade civil nesse processo preparatório para a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Sua real contribuição depende do nosso empenho e esforço de transformá-la em instrumento de mobilização social.

CARTA DE SÃO PAULO

ASSINAM A CARTA: Ação da Cidadania / Action Aid Brasil / Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste Minas Gerais E Espírito / Articulação no Semi-Árido Brasileiro / Associação Brasileira de Nutrição / Comitê Nacional Pela Implementação do Direito Humano à Alimentação Adequada / Comissão de Mulheres da Contag / Comissão Pastoral da Terra / Faces do Brasil / Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional / Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos / Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar / Fian Brasil / Grupo de Trabalho de Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia / Instituto Kairós / Movimento de Mulheres Camponesas / Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste / Movimento de Pequenos Agricultores / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra / Pastoral da Criança / Programa Mercosul Social e Solidário / Rede Brasileira pela Integração dos Povos / Rede Alerta contra o Deserto Verde / Rede Brasileira de Justiça Ambiental / Rede de Educação Cidadã / Rede de mulheres negras para segurança alimentar e nutricional / Rede Ecovida

Nos dias 13 a 15 de fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo realizou-se o seminário "Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional", promovido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, Rede de Educação Cidadã, Action Aid e Programa Mercosul Social e Solidário e com a participação de diversos fóruns, redes e movimentos sociais.

O seminário teve por objetivo aprofundar o diálogo sobre o tema da soberania e segurança alimentar para um posicionamento, elegendo diretrizes e prioridades no processo de preparação da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Conferência configura-se em um espaço privilegiado para interferir na formulação e implementação da política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instituído a partir da aprovação da Lei Orgânica (Losan).

O atual modelo de desenvolvimento não garante soberania e segurança alimentar e nutricional e tem perpetuado a dominação das elites brasileiras e das grandes corporações do sistema agroalimentar. É necessário questionar também o modelo patriarcal que reproduz relações de desigualdade de gênero e dominação, relegando à mulher uma posição secundária na sociedade.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao valorizar os grandes projetos de infra-estrutura, reforça essa

concepção de modelo concentrador de riquezas e gerador de desigualdades sociais e da degradação ambiental. O crescimento econômico não garante a superação das desigualdades e nem um desenvolvimento que contribua para recuperar direitos que vêm sendo historicamente violados, especialmente o direito humano à alimentação saudável e adequada.

O atual modelo agrícola privilegia o agronegócio produzindo os desertos verdes das monoculturas de eucalipto, pinus, soja, cana-de-açúcar e algodão, a migração de milhares de assalariados superexplorados e o trabalho escravo. Os sistemas de integração agroindustrial do fumo, de aves e suínos também representam formas de subordinação dos (as) agricultores (as) ao padrão tecnológico dominante com impactos negativos sobre a qualidade do alimento e a diversificação da produção.

O incentivo massivo ao biocombustível como uma das matrizes energéticas representa mais uma ameaça à soberania e segurança alimentar, pois a tendência é a expansão dos monocultivos nos vários biomas. As comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhos) e os camponeses são afetados por esse processo pela desestruturação de seu modo de vida, inviabilizando a produção de alimentos para o auto-consumo, comercialização e a conservação da biodiversidade.

A liberação dos transgênicos pelo governo brasileiro negou o princípio da precaução e colocou em risco a saúde da população e o meio ambiente. Significou um grande retrocesso, desconsiderando as diretrizes emanadas da II Conferência Nacional de SAN.

Na mesma lógica estão os processos que visam o fortalecimento do hidronegócio, como os grandes projetos de Integração e Infra estrutura para a Amazônia e América do Sul (IIRSA) e o Projeto de Transposição do Rio São Francisco que não garante o acesso à água às populações mais vulneráveis, aprofundando a concentração de terras, e provocando a expulsão das populações locais e tradicionais. A segurança alimentar e nutricional das famílias que vivem no entorno das áreas envolvidas com esse projeto encontra-se seriamente comprometida.

Em diferentes áreas do Brasil o avanço do agro e do hidronegócio tem contaminado os grandes aquíferos em função do uso de agrotóxicos, como já vem ocorrendo no aquífero Guarani. A água vem sendo utilizada de maneira irresponsável nos processos produtivos que visam à exportação para acumulação do capital, como a produção de soja, biodiesel e animal. Reafirmamos a importância da água de boa qualidade como alimento essencial à vida e para a produção de alimentos e como direito de todos os seres vivos.

A concentração populacional urbana é também fruto desse modelo de desenvolvimento. O modo de vida baseado no consumo excessivo de produtos industrializados, dos alimentos contaminados pelos agrotóxicos e transgênicos e na homogeneização da cultura alimentar afeta a qualidade de vida das populações das cidades. As características nutricionais do perfil alimentar da sociedade brasileira refletem esses problemas. Apesar da redução dos percentuais de desnutrição observada nos últimos anos, ela persiste em muitas regiões, coexistindo com altas taxas de sobrepeso e obesidade que também revelam situações de má nutrição. Nesse cenário há doenças causadas pelo consumo de alimentos e água contaminados ao mesmo tempo em que aumenta drasticamente a incidência das doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, câncer, entre outras).

Diante dessa realidade propomos um conjunto articulado de prioridades de políticas para assegurar um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional:

- A realização da reforma agrária e o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e populações tradicionais são fundamentais para a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional. Reafirmamos a urgência na demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas. A revisão do índice de produtividade da terra é um imperativo para a realização de processos de desapropriação de terras e o cumprimento da função social da propriedade. Propomos ainda a retomada da campanha pelo estabelecimento do limite máximo de tamanho da propriedade.
- O fortalecimento e a valorização da agricultura de base agroecológica são fundamentais como contrapontos ao atual modelo de produção e de construção de um projeto sustentável e garantidor de soberania e segurança alimentar. É importante reconhecer também a participação da mulher na produção de alimentos e na conservação da biodiversidade. Tais diretrizes precisam ser consolidadas na política pública de soberania e segurança alimentar e nutricional.
- A garantia da continuidade da previdência pública universal e da condição de assegurados especiais a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais como um direito e uma política de distribuição de renda no campo.
- A ciência e a pesquisa devem atender ao interesse público, contribuindo, por exemplo, para o resgate de sementes crioulas, reconhecendo o papel das casas e bancos de sementes comunitários, das feiras de sementes, dentre outros. Além disto, é importante divulgar e garantir recursos para estudos que analisam a interação entre o uso dos agrotóxicos e os princípios nutritivos dos alimentos.
- É importante garantir uma política de crédito e de assistência técnica que fomente um desenvolvimento ecológico adaptado a cada bioma e não reproduza a lógica do agronegócio. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido o verdadeiro crédito para este modelo de produção agrícola. Ele deve ser implementado como uma política estratégica fortalecedora da agricultura agroecológica e garantidora de segurança alimentar.
- As compras institucionais, como a alimentação escolar, devem ser entendidas como estratégia indutora do desenvolvimento local, do comércio justo, ético e solidário, da agroecologia e da segurança alimentar e nutricional.
- A implantação e a implementação de uma política de abastecimento são essenciais para o escoamento adequado dos produtos da agricultura camponesa e familiar, uma vez que 70 % dos principais produtos da cesta alimentar brasileira são produzidos por esses (as) agricultores (as).
- Com relação ao comércio internacional é preciso que o governo brasileiro recuse qualquer medida que limite as atuais políticas públicas de apoio à agricultura agroecológica, ao desenvolvimento rural, ao crédito, à reforma agrária, à pesquisa, assistência técnica e extensão rural e políticas de segurança alimentar e nutricional. É preciso construir mecanismos de proteção à soberania e segurança alimentar da população brasileira.
- O estabelecimento de canais de diálogo entre o urbano e o rural para promover o entendimento mútuo da situação de insegurança alimentar e das formas de seu enfrentamento deve ser considerado estratégico numa política de SAN. As redes de agricultores(as) e consumidores(as) urbanos vêm apresentando resultados positivos concretos nessa construção, a exemplo das feiras agroecológicas que devem ser apoiadas pelo poder público, divulgadas e multiplicadas como espaços de trocas de conhecimento e práticas de consumo e comércio justo, ético e solidário.
- Os Planos Diretores municipais devem incluir propostas de SAN.
- É preciso promover a interação e o envolvimento mútuo dos movimentos de SAN e de comércio justo e solidário.
- As relações entre o trabalho e a SAN devem ser aprofundadas no que se refere à geração de emprego e renda e o seu impacto no acesso à alimentação. Além disto, devem ser consideradas as transformações no processo de trabalho que vêm reforçando a competitividade, aumentando a carga de trabalho, afetando a relação com o tempo e impactando o consumo alimentar. O acesso à alimentação saudável e adequada nos locais de trabalho também deve ser considerado como um determinante importante deste processo.
- É necessário ampliar o acesso à educação e à saúde, assim como, a informação sobre a segurança alimentar e nutricional.
- Uma verdadeira política de Soberania e SAN precisa garantir práticas promotoras de uma alimentação adequada e saudável para todos(as). A proteção e a garantia deste direito humano deve ser uma prioridade, devendo existir mecanismos para a sua exigibilidade e acompanhamento, a exemplo do necessário monitoramento da efetiva aplicação da regulamentação da propaganda e publicidade dos alimentos, bem como da política de regulamentação das cantinas escolares.
- É imprescindível que se garanta a participação efetiva e democrática das comunidades locais que vivem em áreas que serão afetadas pelos grandes projetos de desenvolvimento nos processos necessários ao licenciamento ambiental, como os Estudos de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) e as audiências públicas.

A participação e a mobilização da sociedade são essenciais para o enfrentamento desse modelo e construção de novas relações sociais e com a natureza. Os

movimentos sociais, redes e fóruns comprometidos com a luta pela soberania e segurança alimentar e nutricional são chamados a exercer um papel pró-ativo

na proposição de políticas públicas, realizando o devido controle social, rompendo com a separação entre desenvolvimento econômico social e ambiental.

FBSAN – UM ESPAÇO DE LUTA E CONQUISTAS



O Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), criado em 1998, tem com objetivo promover uma mobilização social no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil, propiciando um espaço político e técnico permanente de diálogo, articulação e intervenção de um conjunto de organizações da sociedade civil nos processos de formulação e proposição sobre políticas públicas (ações de governos e sociedade que tenham caráter público) em SAN.

São inúmeras as experiências das ONGs, movimentos sociais, redes e entidades que integram o FBSAN com ações direcionadas à garantia do direitos humano à alimentação e nutrição, superando os problemas que dificultam o acesso

das populações mais pobres e vulneráveis à alimentação saudável e diversificada, em diferentes regiões do país. Essas entidades se preocupam em apoiar as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanas para enfrentar suas dificuldades para produção, escolha de alimentos, fortalecimento da organização e intervenção nos processos de decisão de políticas públicas.

O FBSAN busca difundir e articular essas experiências em todo o território brasileiro, através do apoio e incentivo à constituição de fóruns estaduais e regionais específicos sobre a temática; procura, também, estabelecer diálogo com outros fóruns e redes que trabalham na perspectiva da segurança alimentar e nutricional, buscando construir interfaces e agir conjuntamente em relação às políticas públicas, reafirmando a necessidade de garantir a todos(as) o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Os resultados das intervenções desses atores, homens e mulheres, mostram que as ações da sociedade civil têm definitivamente contribuído para mudanças na situação da realidade adversa. Para saber mais, acesse www.fbsan.org.br

COORDENAÇÃO AMPLIADA DO FBSAN

Centro de Assessoria do Assuruá; Instituto Pólis; Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas; Moradia e Cidadania; Instituto Harpia Harpya; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – RS; Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos; Articulação no Semi-Árido Brasileiro; Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – PA; Ação Social do Paraná; Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; Rede de Educação Cidadã; Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria; Pastoral da Criança; Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional; Ação da Cidadania – SC; Cáritas Brasileira; Movimento Evangélico Progressista.

Secretaria executiva

Vanessa Schottz Rodrigues (Fase); Rozi Billo (Ibase).

EXPEDIENTE

Uma publicação: FBSAN

Edição: Iracema Dantas


Produção: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

Projeto gráfico: Dotzdesign

Fotos: stock.xchng

Distribuição: dirigida e gratuita

Av. Rio Branco, 124 / 8º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20040-916
Tel.: (21) 2509-0660 ramal 318
Fax: (21) 3852-3517
secretaria@fbsan.org.br

 Esta publicação foi impressa em papel reciclado.

REALIZAÇÃO



APOIO

